

Chipley SP Participações S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2016 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
ChIPLEY SP Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ChIPLEY SP Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ChIPLEY SP Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente

A controlada em conjunto Brasil PCH S.A. possui bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas demonstrações financeiras da mesma. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cujos valores estão sendo apresentados para fins de comparação e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de maio de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F"-BA

José Luiz Santos Vaz Sampaio
José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC – BA 015.640/O-3

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.622	1.415	Fornecedores		143	-
Aplicações financeiras	3	-	1.812	Impostos a recolher		344	134
Impostos a recuperar		396	211	Total do passivo circulante		487	134
Total do ativo circulante		11.018	3.438				
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos	4	685.366	715.879	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6	744.871	744.871
Partes relacionadas	5	18.924	-	Capital social		(30.050)	(25.688)
Total do ativo não circulante		704.290	715.879	Total do patrimônio líquido		714.821	719.183
TOTAL DO ATIVO		715.308	719.317	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		715.308	719.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto o (prejuízo) lucro por ação básico)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
	explicativa		
DESPESAS			
Gerais e administrativas	7	(145)	(63)
Resultado de equivalência patrimonial	4	(5.013)	3.979
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>(5.158)</u>	<u>3.916</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		1.152	525
Despesas financeiras		<u>(57)</u>	<u>(1)</u>
Total	8	1.095	524
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(4.063)</u>	<u>4.440</u>
Imposto de renda e contribuição social	9	(299)	(133)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>(4.362)</u></u>	<u><u>4.307</u></u>
(Prejuízo) lucro por ação básico (expressos em reais - R\$)	6.3	(0,006)	0,006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(4.362)	4.307
Outos resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(4.362)</u>	<u>4.307</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Recursos para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		1	(29.995)	739.943	709.949
Aumento de capital	6.2	744.870	-	(739.943)	4.927
Lucro líquido do exercício		-	4.307	-	4.307
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		744.871	(25.688)	-	719.183
Prejuízo do exercício		-	(4.362)	-	(4.362)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		744.871	(30.050)	-	714.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(4.362)	4.307
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Juros sobre aplicações financeiras	8	(399)	(525)
Resultado de equivalência patrimonial	4.1	5.013	(3.979)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(185)	(118)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Impostos a recolher		210	101
Fornecedores		143	
Dividendos recebidos	4.1	25.500	1.412
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>25.920</u>	<u>1.198</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		2.211	(1.287)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>2.211</u>	<u>(1.287)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas		(18.924)	(10.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(18.924)</u>	<u>(10.000)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>9.207</u>	<u>(10.089)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	1.415	11.504
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	10.622	1.415
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>9.207</u>	<u>(10.089)</u>
<u>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</u>			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Chipley SP Participações S.A (“Chipley” ou “Companhia”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Junior, 9999, Itaim Bibi, foi constituída em 4 de fevereiro de 2013. A Chipley é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.

Conforme nota explicativa 6, a Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa na BM&FBOVESPA (“BOVESPA”).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui participação societária de 51% na Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) e possui o controle compartilhado, conforme o acordo de acionistas. A Brasil PCH é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”). A mesma detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW* e energia assegurada de 194 MW* médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 12 de maio de 2017.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem análise das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota explicativa 10.

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.5.1. Instrumentos financeiros (nota explicativa 10)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

2.5.1.1. Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros aplicáveis na Companhia foram classificados da seguinte forma:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os ativos desta categoria são classificados no ativo circulante.

A Companhia possui classificados nesta categoria para 31 de dezembro de 2016 o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa 3).

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b) Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O principal passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2016 compreende aos fornecedores.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016.

2.5.1.2. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

2.5.1.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.5.2. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada período, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis (nota explicativa 4) para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução do valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.5.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.5.4. Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre mútuos.

2.5.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.5.6. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

No exercício de 2016, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC entraram em vigor. A Administração analisou tais normas e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2016 as quais a Administração implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa	1	2
Bancos conta movimento	11	1.413
Aplicações financeiras	<u>10.610</u>	<u>1.812</u>
Total	<u><u>10.622</u></u>	<u><u>3.227</u></u>
Apresentados como:		
Caixa e equivalentes de caixa	10.622	1.415
Aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>1.812</u>
Total	<u><u>10.622</u></u>	<u><u>3.227</u></u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados à taxa de 99,9% (2015, 100,84%) do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

4. INVESTIMENTOS

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

O valor de aquisição pago foi alocado aos ativos e passivos da Brasil PCH a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações das PCHs adquiridas.

Consequentemente, como a totalidade do valor pago, R\$754.907 pagos em 2014, foi alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio.

De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as demonstrações financeiras da Brasil PCH (controlada em conjunto):

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO CIRCULANTES			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	138.158	122.545	Empréstimos e financiamentos	209.390	189.350
Outros ativos circulantes	51.652	31.112	Outros passivos circulantes	134.386	80.650
Total dos ativos circulantes	189.810	153.657	Total dos passivos circulantes	343.776	270.000
ATIVO NÃO CIRCULANTES			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	1.113.461	1.132.951	Empréstimos e financiamentos	781.659	883.777
Outros ativos não circulantes	60.504	68.233	Outros passivos não circulantes	82.552	43.355
Total do ativo não circulante	1.173.965	1.201.184	Total do passivo circulante	864.211	927.132
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	155.788	157.709
TOTAL DO ATIVO	1.363.775	1.354.841	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.363.775	1.354.841

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA LÍQUIDA	374.634	348.610
Custo com depreciações	(33.537)	(35.104)
Outros custos	(52.347)	(48.788)
Despesas gerais e administrativas	(5.232)	(13.856)
Perda com contrato oneroso	(69.395)	-
Receitas financeiras	22.108	18.574
Despesas financeiras	(149.543)	(172.963)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(17.762)	(9.915)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	68.926	86.558

4.1 Movimentação do investimento:

	Investimento		
	Equivalência	Mais valia	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	65.672	647.640	713.312
Resultado de equivalência patrimonial	40.282	-	40.282
Amortização de mais valia	-	(36.303)	(36.303)
Dividendos recebidos	(1.412)	-	(1.412)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	104.542	611.337	715.879
Resultado de equivalência patrimonial	31.290	-	31.290
Amortização de mais valia	-	(36.303)	(36.303)
Dividendos recebidos	(25.500)	-	(25.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	110.332	575.034	685.366

5. PARTES RELACIONADAS

Mútuo

Renova Energia S.A.

31/12/201618.924

Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2016 referem-se à transação de mútuo da Companhia com sua controladora Renova Energia S.A., sujeitas a correção pela TJLP, acrescido de juros de 0,25%a.a.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital social

A Renova Energia S.A. é o acionista controlador da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 é de R\$744.871, e está representado por 744.871.373 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

6.2 Integralização de capital

Em 16 de janeiro de 2015, a controladora Renova Energia autorizou o aumento de capital da Companhia de R\$1 para R\$744.871, mediante a emissão de 744.870.173 (setecentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e setenta mil e cento e setenta e três) novas ações ordinárias sem valor nominal da Companhia através de integralizações de recursos para futuro aumento de capital classificados no patrimônio líquido, no montante de R\$739.943 (vide nota explicativa 6.3), e classificados no passivo no montante de R\$4.927.

6.3 (Prejuízo) lucro por ação

O (prejuízo) lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do (prejuízo) lucro líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O (prejuízo) lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do (prejuízo) lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado. No exercício não houve diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(4.362)	4.307
<u>(Prejuízo) lucro por ação básico:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>744.871</u>	<u>744.871</u>
(Prejuízo) lucro por ação básico (em R\$)	<u>(0,006)</u>	<u>0,006</u>

7. DESPESAS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Serviços de terceiros	(143)	(63)
Outras	(2)	-
Total	<u>(145)</u>	<u>(63)</u>

8. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	399	525
Juros - mútuo	753	-
Total das receitas financeiras	<u>1.152</u>	<u>525</u>
Despesas financeiras		
IOF	(55)	-
Outras despesas financeiras	(2)	(1)
Total das despesas financeiras	<u>(57)</u>	<u>(1)</u>
Total do resultado financeiro	<u>1.095</u>	<u>524</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(4.063)	4.440
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	1.381	(1.510)
<u>Adições (exclusões) permanentes</u>		
Resultado da equivalência patrimonial	(1.704)	1.353
Outros	24	24
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(299)</u>	<u>(133)</u>

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de aplicações financeiras, partes relacionadas e fornecedores.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros				
Circulante				
Aplicações financeiras	10.610	1.812	10.610	1.812
Não Circulante				
Partes relacionadas	18.924	-	18.924	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	143	-	143	-

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2016	31/12/2015
	Outros ao custo amortizado	Outros ao custo amortizado
Ativos financeiros		
Circulante		
Aplicações financeiras	10.610	1.812
Não circulante		
Partes relacionadas	18.924	-
Passivos Financeiros		
Circulante		
Fornecedores	143	-

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

e) Risco da escassez hidrológica

A controlada em conjunto Brasil PCH gera energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita.

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo a da Brasil PCH, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.
